

# Dificuldades e desafios nos empreendimentos econômicos solidários ambientais na cidade de João Pessoa.

Viviane dos Santos Sousa<sup>[1]</sup>, Tânia Maria de Andrade<sup>[2]</sup>, Moisés Horus Andrade Sousa<sup>[3]</sup>

[1]vivisousa23@hotmail.com. Universidade Federal da Paraíba / Rede e-Tec Brasil. [2]tania.andrade@ifpb.edu.br. Instituto Federal da Paraíba / Pro Reitoria de Extensão. [3]moises\_gaara@hotmail.com. Centro Universitário de João Pessoa / Licenciatura em Educação Física.

## RESUMO

Os empreendimentos solidários ambientais são percebidos como aqueles que trabalham para a conservação ambiental ou desenvolvem práticas econômicas sustentáveis e naturais. O objetivo deste estudo foi identificar as dificuldades e desafios dos empreendimentos econômicos solidários ambientais localizados na cidade de João Pessoa: Feira Agroecológica Ecovárzea e Ecolanches. Os métodos e técnicas utilizados foram: revisão bibliográfica, visitas de campo e realização de entrevistas. Para a análise dos resultados, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo (AC). Constatou-se que as principais dificuldades dos empreendimentos perpassam pela falta de estrutura, equipamentos, falta de tecnologias sociais e gestão financeira. E quanto aos desafios são: a inserção de tecnologias sociais, aceitação do preço justo do produto e expansão do empreendimento. Consideramos que as experiências relatadas neste estudo são consolidadas enquanto empreendimento solidário e ambiental e apresentam dificuldades e desafios possíveis de serem superados através de elaboração e efetivação de políticas públicas específicas para a economia solidária, captação de recursos, capacitações específicas, estudos de viabilidade socioambiental para tecnologias sociais e de estratégias de divulgação das práticas de economia solidária.

**Palavras-chave:** Ecoeconomia. Economia solidária. Empreendimentos solidários ambientais.

## ABSTRACT:

*Environmental solidarity ventures are those that work for environmental conservation or develop sustainable and natural economic practices. The objective of this study was to identify the difficulties and challenges of economic solidary environmental enterprises: Feira Agroecological Ecovárzea and Ecolanches, located in the city of João Pessoa. The methods and techniques used were: bibliographic review, field visits and interviews. For the analysis of the results, we used the Content Analysis (CA) technique. The main difficulties faced by the enterprises are the lack of structure, equipment, lack of social technologies and financial management. Whilst the challenges are: the insertion of social technologies, acceptance of the fair price of the product and expansion of the enterprise. We consider that the experiences reported in this study are consolidated as a solidary and environmental enterprise and present difficulties and possible challenges that need be overcome through the elaboration and implementation of specific public policies for solidarity economy, fundraising, specific training, socio-environmental feasibility studies for social technologies and strategies to promote solidarity economy practices.*

**Keywords:** Ecoeconomics; Solidarity economy; Solidary environmental projects.

## 1 Introdução

A economia de mercado dos dias atuais, baseia-se no pressuposto de que o mercado se auto regula para o bem de todos e que a concorrência é o melhor modo de relação entre os atores sociais. Segundo este princípio, a sociedade capitalista gera-se em função de lucros e perdas. Assim sendo, os capitalistas organizam os seus esforços de produção com vista à obtenção do máximo rendimento possível.

Essa procura dos lucros, segundo Smith (1988 *apud* Thurow, 2001, p. 67), é guiada pela famosa “mão invisível” do capitalismo: os lucros mais altos serão alcançados através da produção de bens e serviços mais ansiados pelos seus potenciais compradores. Para Smith (1988 *apud* Norton, 2001, p. 34),

Cada indivíduo, procurando apenas o seu próprio ganho, é levado por uma mão invisível a promover um fim que não fazia parte da sua intenção e que acaba por ser de interesse público. Sendo assim, Smith ressalta que não é da benevolência do homem do talho, ou do padeiro, que esperamos o nosso jantar, mas da atenção ao interesse pessoal de cada um deles (SMITH, 1988 *apud* NORTON, 2001, p. 34).

Esta lógica de mercado, contudo, só responde às necessidades que envolvem transações econômicas, que são fontes de lucro e acumulação de capital. Neste sentido, pessoas desprovidas de capital não podem ver satisfeitas as suas necessidades pela natural regulação do mercado. E, como se não bastasse, paralelamente, tem-se verificado um acumular de riqueza que resulta num acentuar de desigualdades sociais, miséria e exclusão.

Além disso, o conceito de riqueza e os indicadores da sua avaliação parecem reduzir-se ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta a vertente ambiental e social da atividade econômica. O fato é que a economia continua a globalizar-se e nenhuma das atuais instituições mundiais exerce uma prudência democrática adequada sobre os mercados mundiais, e também não corrige as desigualdades existentes entre os países.

A realidade mostra-nos uma sociedade globalizada, onde dois terços da população vivem no limiar da pobreza e em locais onde o acesso ao trabalho, à educação e à saúde é uma dificuldade constante, sem falar do momento crítico das questões ambientais. Neste sentido, urge fomentar alternativas de economia, como a Economia Solidária (ES) e a organização de empreendimentos solidários capazes de promover a melhoria das condições de vida das

pessoas e, conseqüentemente, desenvolvimento local. Segundo Singer (2008, p. 289), a ES é como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade – os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles, ou seja, são geridos pela autogestão.

Sendo assim, compreender a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento solidário pressupõe concebê-la com instrumentos e ferramentas instituídos como direitos perenes dos trabalhadores e trabalhadoras e como dever de um Estado republicano e democrático viabilizado por políticas públicas.

Por ser política de desenvolvimento e voltar-se para um público historicamente excluído, ou cujas pobreza e exclusão social vêm sendo ampliadas progressivamente, a economia solidária demanda não só ações setoriais específicas mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito e financiamento, entre outros direitos), para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade.

O caminho percorrido nos últimos anos demonstrou um avanço na construção de políticas públicas que possam contribuir para o desenvolvimento do modelo ideal e necessário à subsistência das populações mais carentes. Modelo este que respeita e considera a centralidade do ser humano, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e valoriza as diversidades culturais articuladas às atividades econômicas.

Por outro lado, entretanto, com as atuais mudanças políticas e ideológicas ocorridas no Brasil, vem sendo feito um desmonte das conquistas e construções coletivas. E com as políticas que envolvem a economia solidária não é diferente – as atuais forças governamentais acabam fragilizando as bases sociais locais e dificultando a promoção do desenvolvimento local.

Neste sentido, o artigo tem por objetivo principal identificar as dificuldades e desafios no contexto dos empreendimentos econômicos solidários ambientais na cidade de João Pessoa. Neste estudo, os empreendimentos solidários ambientais são percebidos como aqueles que dispõem economicamente de ativos ambientais<sup>1</sup> locais, trabalhem para a conservação

1 São todos os insumos já adquiridos, empregados e disponibilizados por uma instituição, com a finalidade de controlar o impacto

ambiental ou desenvolvem práticas econômicas sustentáveis e naturais.

Sendo assim, esta pesquisa buscou desvendar os significados das experiências, descrevendo-os e analisando-os a partir das múltiplas visões e trajetórias dos protagonistas destes empreendimentos solidários ambientais.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Ecoeconomia

Para os economistas, o mercado dará conta de todos os problemas ecológicos. Sabe-se, entretanto, que somente a conscientização coletiva de todos poderá reduzir a degradação ambiental que ora evidenciamos. Os governos atuais ainda apostam que podem melhorar a sociedade através do crescimento econômico, porém, ao longo dos anos, o resultado é a concentração de renda, desemprego e empobrecimento da biodiversidade.

No modelo econômico atual vigente, torna-se necessária uma mudança na visão mundial, no tocante a como vemos o relacionamento entre a Terra e a economia. Como diz Brown (2003, p. 3), “a questão agora não é qual corpo celeste gira em torno de qual, e sim, se o meio ambiente é parte da economia ou se a economia é parte do meio ambiente”. O estudioso ressalta ainda que os economistas veem o meio ambiente como um subconjunto da economia. Os ecólogos, por outro lado, consideram a economia como um subconjunto do meio ambiente (BROWN, 2003, p. 3).

Segundo Leff (2010, p. 20), a reconstrução do campo da economia para incorporar as condições e potencialidades do ambiente implica um projeto interdisciplinar, na construção de uma nova economia que busque se refundar sobre suas bases ecológicas e culturais. Isso implica assumir plenamente a lei-limite da entropia; significa um limite ao processo antinatural<sup>2</sup> para gerar outros meios para a satisfação de necessidades, desejos e aspirações humanas. No campo das ciências econômicas, existem várias

vertentes que discutem a economia e meio ambiente, como: economia ambiental, ecoeconomia, economia verde, economia ecológica, sendo estas três últimas muito similares nas suas ideias.

Destaca-se que existe uma diferença entre a economia ambiental e a ecoeconomia (economia ecológica/ecologia verde). A economia ambiental tem como base a economia neoclássica, mas reconhecendo que existem imperfeições no mercado, as quais necessitam de correção. As suas receitas estão baseadas na eficiência alocativa do mercado e nas possibilidades das mudanças tecnológicas. Neste contexto, entra a valoração ambiental que, no caso da economia ambiental, é determinada pelos limites dos recursos naturais e pela deposição de resíduos – aos economistas interessam especialmente os danos que os diferentes tipos de poluição provocam ao homem e ao meio ambiente.

Ressalta-se que o processo de valoração consiste basicamente no estabelecimento de uma relação entre um agente valorador (indivíduo) e um bem ou fenômeno a ser valorado (objeto). Neste sentido, os recursos naturais continuam não tendo importância principal nas concepções dos neoclássicos: “cuando se habla de la inserción de residuos en el medio ambiente, es decir, de la contaminación, los economistas a menudo emplean el concepto de externalidades” (ALIER; SCHLÜPMANN, 1992, p. 12), ficando claro que o meio ambiente ocupa o papel de externalidade das políticas econômicas e das atividades produtivas, neste caso externalidades negativas, o que é óbvio, mas que, como tais, não devem ser tratadas além disso, ou seja, como consequências, e não como causas.

Para Cánepa (2003, p. 61) e Oliveira (1998, p. 567): a aplicação deste conceito à análise dos impactos ambientais da atividade produtiva foi originalmente realizada por Pigou, que ao verificar a dependência do bem-estar em relação ao meio-ambiente aplica no caso negativa, o conceito de externalidade, aos efeitos que o meio-ambiente proporciona na qualidade de vida das pessoas, e assim defendeu a correção destas através de cobranças, efetuadas pelo Estado, como um tributo corretivo, já que para ele toda externalidade pode ser valorada monetariamente (sic).

Para Santos (2017, p. 6), o valor dos bens não reflete a totalidade dos recursos utilizados em sua produção, o qual compreende que se gera uma falha no mercado referente à alocação eficiente destes recursos, inclusive os naturais, nos processos produtivos.

---

ambiental, preservar e recuperar o meio ambiente. Estão incluídos nesse critério as máquinas, os equipamentos e insumos utilizados diretamente no processo produtivo empregados na eliminação de resíduos poluentes ou para o descarte correto de resíduos sólidos (ENTENDA..., 2014).

2 “Que se opõe ou contraria a natureza ou as suas leis; contranatural” (HOUAISS; VILLAR, 2009).

Ainda para Santos (2017, p. 6), “não há que se falar em preocupação ambiental por parte de Pigou e sim de sua tentativa de, ao identificar uma falha de mercado, propor uma forma de corrigi-la através de pressupostos neoclássicos”. Sendo assim, o autor destaca:

O estabelecimento de um sistema de preços para as externalidades ambientais é fundamental, mas reunir o problema à valoração monetária não considera a impossibilidade de se fazer um “corte” no meio ambiente relativa à área de influência de uma empresa ou grupo social (SANTOS, 2017, p. 8). (sic)

Os economistas ecológicos, por seu lado, negam a posição dos economistas ambientais, dizendo que sua visão é somente parcial e que por isso não conseguem ver as diferentes inter-relações que se estabelecem na sociedade como um todo. Foi a partir da década de 1970 que surgiu uma institucionalização da preocupação ambiental, o que promoveu o surgimento do termo ecodesenvolvimento, criticando a visão economicista e o desenvolvimentismo.

Com o agravamento das condições ambientais e o crescimento das pressões políticas, desenvolve-se a escola conhecida como Economia Ecológica (Ecoeconomia ou Economia verde), que vem criticar a ideia do problema ambiental como mera externalidade, resolvida pelo mercado através de novas tecnologias e mecanismos de preço.

Outra vertente defendida pelos ecoeconomistas é a Economia verde, que se autopromove como uma nova via que enlaça economia e ecologia de forma harmoniosa; portanto, uma economia que atende às necessidades (sustentáveis) e que preserva o possível do capital natural.

Para Boff (2012, p. 61), não se alcançará uma sustentabilidade aceitável se não houver uma sensível diminuição das desigualdades sociais, a incorporação da cidadania como participação popular no jogo democrático, respeitando as diferenças culturais e a introdução de valores éticos de respeito a toda a vida e um cuidado permanente do meio ambiente. Nesta linha de pensamento, outro modelo de economia que se apresenta como alternativa é a economia solidária. Esta é movida pelos ideais éticos de preservação de todo tipo de vida e de criação das condições para o bem viver de todos. Assim, para Boff (2012):

O seu centro é o ser humano e não o capital, pelo trabalho como ação criadora e não como mercadoria paga pelo salário, pela solidariedade e não pela competição, pela autogestão democrática e não pela

centralização de poder dos patrões, pela melhoria da qualidade de vida e do trabalho e não pela maximização do lucro, pelo desenvolvimento local em primeiro lugar e, em seguida, o global (BOFF, 2012, p. 60).

Neste sentido, segundo Boff (2012, p. 60), a ES é o que melhor realiza o conceito de sustentabilidade em direta oposição ao sistema mundial imperante. O autor considera ainda que, na verdade, ela sempre existiu na humanidade, pois a solidariedade constitui uma das bases que sustentam as sociedades humanas. Na primeira revolução industrial, na Inglaterra, ela surgiu como reação à superexploração capitalista; apareceu no final do século XVIII e início do XIX sob o nome de cooperativismo.

## 2.2 Economia Solidária

A ES, segundo Bacelar (2006 *apud* CHAVES; PINTO, 2007, p. 1), traz uma reflexão em torno dos conceitos e concepções acerca do desenvolvimento econômico e da dinâmica econômica histórica sob o capitalismo.

No que diz respeito à definição do conceito de ES, esta perpassa por acepções variadas, mas, de acordo com Paul Singer, todas giram em torno da ideia de solidariedade em contraste com individualismo competitivo (SINGER, 2007, p. 28). O Fórum Brasileiro de Economia Solidária define a ES como “fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária” (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008).

Ressalta-se que a ES não é uma invenção de agora. Ela já tem uma longa história, tanto no Brasil como em outros países. Pode-se dizer que as primeiras fontes são as comunidades e povos tradicionais, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, que também compreendem, cada vez mais, a economia solidária como estratégia de promoção do etnodesenvolvimento, ou seja, culturalmente praticavam e ainda praticam a economia com base na partilha e solidariedade. Nas áreas rurais, percebe-se que a economia solidária vem sendo adotada como modelo organizativo das atividades produtivas nos assentamentos de reforma agrária, na agricultura familiar, no artesanato, nas atividades extrativistas tradicionais de pesca, apicultura, entre outros.

Destaca-se que, no Brasil, as primeiras cooperativas datam ainda do século XIX, com pouca expressão até a metade do século XX.

A partir da década de 1980, a ES começa a ressurgir como reação a um contexto de desemprego estrutural, acentuação da concentração de renda e acumulação do capital, consequentemente atenuação das desigualdades sociais, da reestruturação produtiva do capital, da crise do movimento sindical e ainda na década de 1990, agravada com a abertura do mercado interno às importações (SINGER, 2007, p. 25).

No Brasil até o ano de 2000, no campo da ES, pode-se destacar o papel social das entidades de apoio e fomento, dando suporte na constituição do empreendimento, assistência técnica, administrativa e jurídico-legal; destacam-se, ainda, entidades de Movimentos Sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), as Agências de Desenvolvimento Solidário da CUT (ADS), a Cáritas da Igreja Católica, as Universidades, por meio das ITCPS – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares –, entre tantas outras que assessoram e apoiam os mais diversificados empreendimentos.

Para Chaves e Pinto (2007, p. 63), outro importante segmento do Movimento são os Gestores Públicos, representantes do Estado, seja nas esferas federal, estadual e municipal que, juntamente com os outros dois segmentos, discutem a formulação e consolidação de políticas públicas de Economia Solidária no Brasil.

Segundo Oliveira (2016, p. 67), no movimento histórico, a partir de 2000, já se conta com o envolvimento de outros atores sociais para o processo de fortalecimento da ES no Brasil; destaca-se o ano de 2003, com a Fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, constituindo uma representação política nacional do movimento, propondo a organização, a elaboração de propostas ao desenvolvimento da ES e a representação desta frente ao Poder Público e às entidades nacionais e internacionais.

Esta organização e representação nacionais do Movimento aconteceram em consonância às organizações dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, os FEES (CHAVES; PINTO, 2007, p. 63).

Segundo Oliveira (2016, p. 68), cabe destacar que este movimento é claramente perceptível no governo Lula, que institucionalizou, a partir do seu primeiro ano de mandato, uma política centrada na economia solidária, para a qual criou uma secretaria nacional. Os avanços ocorreram durante o ano de 2003:

Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A direção da SENAES ficou a cargo de um respeitado acadêmico brasileiro, com grande atividade, pesquisa e produção sobre o tema, o economista Paul Singer. A partir de então, a economia solidária alçou o status de política pública de governo (OLIVEIRA, 2016, p. 68).

Outro instrumento criado foi o SIES, que significa Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Este é composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). O primeiro mapeamento foi realizado em 2005, registrando, em sua primeira etapa, aproximadamente 18 mil empreendimentos. Em 2007, a base de dados foi ampliada com um mapeamento complementar, chegando-se a quase 22 mil empreendimentos em todo o Brasil. O segundo mapeamento foi realizado entre 2010 e 2013 e abrangeu os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e também políticas públicas voltadas à Economia Solidária (PPES). No mapeamento atual, foram identificados 400 trabalhadores de empreendimentos solidários da região norte, 1.200 da região nordeste, 370 da região centro oeste, 300 da região sudeste e 560 da região sul.

Vale destacar que foi criado o 1º Plano Nacional de Economia Solidária, aprovado pela Resolução Nº 06 de 26 de março de 2015 do Conselho Nacional de Economia Solidária, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e assinado pelo ministro Manoel Dias.

O Plano foi construído para dar resposta a quatro desafios fundamentais: acesso ao conhecimento, com formação e assessoria técnica; acesso ao crédito; acesso ao mercado e o reconhecimento legal. Devido às mudanças do governo federal muitas das conquistas, porém, estão fragilizadas, como, por exemplo, a SENAES, que corre o risco de ser extinta por não representar uma prioridade para o governo atual. O economista Paul Singer, que era secretário, deixou o cargo com a “troca” forçada de governo. Seu substituto, conforme nomeação publicada na edição de 9 de junho de 2016 do *Diário Oficial da União*, é Natalino Oldakoski, servidor da polícia civil do Paraná, o que demonstra que o governo golpista não tem interesse em fortalecer, e sim realizar um retrocesso, prejudicando a construção de uma política transversal (APÓS..., 2016). As forças políticas atuais não



querem uma economia que esteja na mão de todas as pessoas, e sim de uma minoria; não querem uma economia que gere vida com qualidade para todos e muito menos uma economia que garanta um meio ambiente saudável e alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos para a população do nosso país.

Sabe-se que uma economia para ser sustentável tem que estar adequada às condições locais, ao meio ambiente, considerando as diversidades ecológicas – biomas e ecossistemas – e as diversidades culturais. Também exige a democratização do acesso aos meios necessários para os bens e serviços, como meios de produção e os bens naturais. No Brasil, várias experiências vêm sendo desenvolvidas, aliando grupos solidários a temáticas ambientais, compreendendo que a sustentabilidade é orientada pela conquista de novos direitos: de acesso ao usufruto de um ambiente saudável, da diversidade cultural, da autodeterminação dos povos e de igualdade de gênero, raça e etnia. Os empreendimentos solidários, com ressalva para os que adotam as práticas ambientais, compreendem a qualidade de vida como direito a uma vida digna, à realização das aspirações e das capacidades de todas as pessoas (BERTUCCI *et al.*, 2010, p. 14).

### 2.3 Empreendimentos Solidários Ambientais

Empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade (GAIGER, 2004, p. 173). Os três maiores segmentos da Economia Solidária são os empreendimentos de agricultura familiar, de artesanato e dos catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2015).

Os empreendimentos econômicos solidários ambientais são aqueles que dispõem economicamente de ativos ambientais locais, que trabalhem para a conservação ambiental ou desenvolvam práticas econômicas sustentáveis e naturais. Os empreendimentos solidários, além de se preocuparem com a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam a eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida, da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas (BRASIL, 2007, p. 33).

Sendo o cuidado do meio ambiente um dos princípios da ES, os empreendimentos solidários

ambientais têm como foco o desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico, estimulando a criação de elos entre os que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais). Dessa forma, afirmam a vocação local, articulada com uma perspectiva mais ampla, nacional e internacional.

No Brasil, são diversas as experiências com empreendimentos solidários ambientais como: cooperativas de reciclagem, lanchonetes de alimentos naturais, feiras agroecológicas, confecção de roupas a partir de resíduos, artesanato, sabão ecológico, bijóias, entre outros.

Estes empreendimentos trazem reflexões importantes na relação entre meio ambiente e sociedade. Primeiro, pode-se interpretá-los como lente para a reconstrução histórica das relações sociedade-natureza, realizando a crítica e apontando os limites de formas predatórias de apropriação do trabalho e dos recursos naturais; e, segundo, como instrumento para a condução de uma estratégia ambiental e social de desenvolvimento, enquanto permite a recuperação dos conhecimentos de formas históricas e culturais de aproveitamento dos recursos ambientais. Essa cultura ecológica pode servir de veículo para a instalação de uma cultura crítica, aquela engajada ativamente na questão de como os seres humanos devem viver e qual o significado de nossas vidas. Traz a possibilidade da construção de um sistema político, econômico e social desenhado a partir das nossas necessidades organizacionais de produção e de gestão de conhecimentos.

## 3 Procedimentos metodológicos

### 3.1 Área de estudo

Os dois empreendimentos estão localizados no município de João Pessoa, estado da Paraíba. A feira agroecológica Ecovárzea acontece no Campus I da UFPB, a Ecolanches fica localizada também no Campus I da UFPB, próximo à Central de Aulas.

### 3.2 Caracterização da pesquisa

A metodologia adotada foi um Estudo de Caso (MARCONI; LAKATOS, 2004; GODOY, 1995). Caracteriza-se como um estudo exploratório e descritivo (GIL, 2008). A pesquisa consistiu em

uma amostragem não probabilística, cujas escolhas dos empreendimentos neste estudo atenderam a três critérios básicos: consolidação enquanto empreendimentos solidários, maior correlação ambiental e acessibilidade. Sendo assim, foram analisados, durante os meses de março a maio de 2016, os seguintes empreendimentos solidários ambientais:

#### *Feira Agroecológica Ecovárzea*

A Ecovárzea (Associação dos Agricultores Agroecológicos da Várzea Paraibana) acontece no Campus I da UFPB, onde se encontram aproximadamente 40 feirantes indiretos, com produção diversificada (difusa). Os principais produtos cultivados e comercializados são: macaxeira, batata doce, feijão, inhame, alface, coentro, banana, mamão; seus produtores também se utilizam da sazonalidade da agricultura orgânica. A Ecovárzea é gerida por 6 municípios: Sapé, Cruz do Espírito Santo, Sobrado, Jacumã, Gurugi, Boca de Gramame. Trata-se de uma associação com estatuto e com assembleias ordinárias mensais. Possui o apoio da UFPB, da Comissão Pastoral da Terra – CPT e Prefeitura de Sapé. As famílias agricultoras não fazem uso de agrotóxicos e ou adubos químicos para o desenvolvimento dos seus produtos, trazendo qualidade de vida e uso dos serviços ambientais para o seu sustento, consolidando, assim, o fortalecimento e a mobilização de uma visão crítica aos produtos industriais (SANTOS *et al.*, 2016, p. 4).

#### *Ecolanches*

O espaço solidário Ecolanches funciona em um quiosque e é composto por moradoras da comunidade São Rafael na cidade de João Pessoa. O empreendimento foi criado por meio de um projeto de extensão da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, com o objetivo de incentivar práticas de alimentação saudável entre estudantes e funcionários da instituição. São acompanhadas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES, da UFPB, e são orientadas sobre nutrição, economia, atendimento ao público, noções de Direito, entre outros. Também recebem orientações para produção e comercialização de itens alimentícios, com foco na saúde do consumidor. São produzidos e comercializados na Ecolanches: sanduíches naturais, tortas de legumes, tortas de bananas, empadas integrais, tapiocas e sucos (FARIA *et al.*, 2015, p. 1).

### 3.3 Técnicas da Pesquisa e de análise dos resultados

Para alcançar o objetivo do estudo, foram necessárias, metodologicamente, algumas etapas. Entre elas, a revisão bibliográfica, visitas in loco, observação não participante e entrevistas.

Na análise dos dados, utilizou-se a técnica da Triangulação de Dados (ANDRADE, 2011, p. 83), que consiste basicamente no cruzamento de informações levantadas no estudo. Para analisar as entrevistas, foi escolhida a técnica Análise de Conteúdo, que, para Caregnato e Mutti (2006, p. 682), pode ser quantitativa e qualitativa.

## 4 Resultados da pesquisa

### 4.1 A experiência dos empreendimentos solidários ambientais

Os empreendimentos solidários ambientais demonstram um conjunto diferenciado de atores que enfrentam, na maioria das vezes, a invisibilidade e a descrença de segmentos sociais, que só enxergam a racionalidade capitalista neoliberal – que supervaloriza fatores de produção, como terra, capital, trabalho, tecnologias, além de categorias como escala de produção, mercado, preço e rentabilidade.

Esses empreendimentos estão utilizando práticas alternativas para responder a demandas objetivas de sobrevivência, ao mesmo tempo em que se articulam numa grande teia para circular conhecimento e estabelecer relações sociais mais solidárias. A seguir serão observadas as experiências de dois grupos solidários, destacando-se as principais dificuldades e desafios enfrentados pelos empreendimentos, a partir da narrativa dos atores sociais envolvidos.

#### 4.1.1 Feira Agroecológica Ecovárzea

Sabe-se que o excedente da produção desenvolvida em vários Assentamentos da Paraíba é comercializado em feiras agroecológicas da cidade de João Pessoa. Dessas feiras, destaca-se a experiência da Feira Agroecológica Ecovárzea do Campus I da UFPB, no início de 2003. Segundo o presidente da Associação dos Agricultores Agroecológicos da Várzea Paraibana, desde 1988, quando se iniciaram os assentamentos e a terra foi desapropriada, deu-se início à plantação, porém não havia para onde escoar

a produção e nem se conseguia consumir o que se plantava. Desta forma, os agricultores se organizaram e se empoderaram de informações sobre o processo de formação de associação e como proceder na comercialização dos produtos orgânicos. Segundo seu presidente, a Associação foi a primeira a se organizar no Estado da Paraíba com produtos orgânicos. A primeira experiência foi no bairro de Mangabeira, em João Pessoa. Naquela época, porém, sua realização não superou as expectativas dos produtores. Segundo o presidente:

Foram realizadas três feiras com 06 famílias de agricultores na avenida Josefa Taveira, próximo ao mercado público, mas não deu certo. Acho que devido à falta de divulgação. Foi em uma destas feiras que uns alunos e professores comentaram porque vocês não fazem dentro da UFPB. Mas ficamos pensando será que vai vender, só para professor e alunos? aí depois fui vendo que tinha muitas pessoas e tinha o bairro do Castelo Branco. Então decidimos ir para UFPB em 2003. (ENTREVISTADO - PRESIDENTE ECOVÁRZEA, 2017).

Destaca-se que a Associação se encontrava informal e, a partir da ida para a UFPB, os agricultores buscaram formalizar a entidade para adquirir recursos financeiros e apoio. Em 2005, a Associação se legalizou e funciona até hoje com estatuto e assembleias ordinárias. Atualmente a feira conta com a participação de 50 famílias que combinam, através de gestão cooperativa, a agroecologia e a economia solidária.

A produção da Feira da Ecovárzea tem como base a produção de orgânicos sem uso de defensivo químico, conforme a narrativa dos agricultores e comerciantes: “a produção é totalmente agroecológica, não utilizamos nem veneno, o agrotóxico e nem adubo químico; tudo isto é previsto no regimento e estatuto da associação”.

Ressalta-se a narrativa dos atores sociais da feira. A maioria dos agricultores trabalhava no corte da cana de açúcar; tinha contato direto com agrotóxicos e muitos já apresentavam problemas de saúde. De acordo com o presidente da Associação “era muito comum os agricultores dar entrada no hospital e pouco tempo depois falecer, devido o acúmulo de veneno no corpo, sem falar que a terra já estava degradada devido às queimadas da cana de açúcar”.

Segundo feirante da Ecovárzea, “com a consolidação da feira na UFPB, muitos que praticavam a agricultura com defensivos químicos foram se adequando à prática agroecológica e se inserindo

na associação e hoje comercializam nas feiras agroecológicas”.

A análise desse discurso deixa clara a percepção de que a práxis dos assentados, mesmo em contextos hostis da agricultura familiar, como é o caso da região canavieira, já que estes assentamentos se encontram em usinas de cana de açúcar, é que as famílias estão gerando uma sociabilidade alternativa. A experiência da agroecologia é uma resistência à lógica predatória, produtivista e separada do ecossistema; o que se observa é uma integração do ser humano com a natureza, como destacou um dos feirantes: “a terra para gente é como um sistema vivo”.

Com essa percepção ambiental, os agricultores são artífices e regem a reconstrução da biodiversidade dentro dos assentamentos conquistados. Em síntese, estão recuperando a identidade de quem sabe cuidar da terra, tendo como missão principal contribuir com a vida no planeta. São pessoas que, a partir do acesso à terra, por meio de assentamentos e da reconstrução do conhecimento agroecológico, estão reiventando uma forma digna de viver no campo e, com isto, conquistando reconhecimento para a cultura camponesa (LIMA, 2011, p. 33).

Compreende-se que as feiras, não só como um âmbito de subterfúgio da contaminação por agrotóxicos, também têm se configurado num espaço que pode promover mudanças nas relações entre campo-cidade, melhoria da “qualidade” de vida, soberania alimentar, melhoria na renda familiar etc. São espaços de comercialização criados pelos próprios agricultores, além de serem espaços educativos de integração entre agricultores e consumidores, de relações de complementaridade, de trocas materiais e imateriais (LIMA, 2011, p. 34).

Em relação às dificuldades do empreendimento, os entrevistados destacaram:

A principal dificuldade no início foi a questão da estrutura e transporte, para se deslocar para João Pessoa; hoje ainda temos certa dificuldade para fazer o deslocamento, dependemos de apoio da prefeitura (Sapé). A Associação, desde 2007, conseguiu 02 caminhões através do governo federal. Estes fazem o deslocamento das barracas e dos produtos que são comercializados. Quanto à questão do ônibus, atualmente continua sendo uma dificuldade. Desde 2016, a feira se mantém sozinha na logística do transporte, pois a prefeitura, que disponibilizava o transporte para os feirantes, argumentou que estava sem recursos financeiros para manter o apoio devido à crise. Outra dificuldade é como produzir mais sem água; os assentados sofrem com a falta de irrigação. Quando chega o verão, fica muito difícil; até tem água, mas é longe; não tem como os assentados deslocar.



Todo ano algumas famílias deixam de vender pela falta de água. (ENTREVISTADO - PRESIDENTE E FEIRANTE, 2017).

No tocante aos desafios a serem superados pela Associação, foram destacados os seguintes pontos pelos entrevistados:

Os nossos principais desafios são: adotar tecnologias para irrigação e com isso aumentar a produção; outras tecnologias como energia solar, biodigestor. Buscar apoio com a esfera federal, principalmente com o Ministério do Meio Ambiente, para incentivar ainda mais os assentados e captar recursos. Os assentados também precisam conservar mais as áreas de preservação permanente que ficam próximas aos assentamentos. Outro desafio que eu considero importante e talvez o mais desafiador é formar nossos sucessores, é fazer com que os jovens assumam e sejam protagonistas na associação – muitos não querem mais ir para o campo –, mas que, pelo menos, adquiram conhecimento dentro da área da agricultura para, futuramente, poder contribuir com a luta dos associados. Os jovens dos assentamentos precisam se aproximar da Ecovárzea. (ENTREVISTADO - PRESIDENTE E FEIRANTE, 2017).

Diante da visita de campo e do exposto pelos atores sociais, constatou-se que a feira da Ecovárzea no Campus I da UFPB é consolidada e organizada juridicamente e, apesar das dificuldades e desafios, tem avançado. As dificuldades relatadas acontecem pela falta de apoio do Estado no tocante a políticas públicas específicas para o setor rural e falta de compromisso dos gestores com a produção agroecológica e orgânica. Compreende-se que tal fato atinge diretamente a segurança alimentar e nutricional, comprometendo o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base as práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Em relação aos desafios, diante da narrativa dos atores sociais, estes podem ser superados com a inserção de tecnologias sociais que contribuam para a produção e qualidade de vida dos agricultores, incentivando a agroecologia e o conhecimento tradicional.

#### 4.1.2 Ecolanches

A Ecolanches é uma lanchonete ainda pioneira na Paraíba com o sentido de visar práticas de economia solidária no ramo de alimentos saudáveis. Teve início a partir de um projeto de extensão da UFPB –

Espaço Solidário Ecolanches – com o intuito de gerar renda para as mulheres da comunidade. No início, era composta por 4 mulheres e hoje conta com 10 mulheres, que se articulam em um quiosque para produzir insumos e os comercializar. Sabe-se que a lanchonete tem mudado a realidade dessas mulheres envolvidas no projeto, conforme relata a participante:

Sou mãe de quatro filhas e trabalhava como diarista e não enxergava outras opções de recolocação no mercado. Após um ano fazendo parte do negócio, eu já comecei a me perceber com outros olhos. Me vejo como uma pessoa independente, porque antes a gente trabalhava para os outros, e hoje a gente trabalha para nós. (PARTICIPANTE A, 2017).

A narrativa demonstra a relevância da Ecolanches para as mulheres, pois proporciona a autonomia, visto que muitas vezes estas mulheres sofriam com privações no seu cotidiano; outras não tinham nenhum conhecimento sobre produção de produtos saudáveis e nem compreendiam sobre gestão, como destacou a participante:

Nós iniciamos na UFPB com quatro mulheres vendendo tapioca, não sabíamos quase nada sobre venda e produção; só tínhamos uma chapa para fazer a tapioca. Através do projeto de extensão, começamos a perceber que poderíamos oferecer um produto que fosse diferente. Então, juntamente com a INCUBES, surgiu a ideia de alimentos saudáveis através de produtos orgânicos, reaproveitamento de alimentos, sucos naturais e outros. Sem falar que nós vamos cuidar do nosso espaço (PARTICIPANTE B, 2017).

Na narrativa, é marcante a interpretação de que se trata de ações voltadas para outras formas de geração de renda e ocupação, com uma preocupação de oferecer um produto saudável, com qualidade, e, ao mesmo tempo, estabelecendo relações com as questões ambientais<sup>3</sup>. Destaca-se também que o empreendimento solidário, pela narrativa da participante, é capaz de desenvolver a autonomia e a solidariedade como elementos intrínsecos da forma como se produz e se trabalha.

O processo de planejamento da Ecolanches vem ocorrendo desde o início de 2014. A Incubadora de Empreendimento Solidários (INCUBES) é a responsável pela elaboração do regimento e implantação da

3 A Ecolanches compra suas verduras e frutas da feira da Ecovárzea que adota os princípios da agroecologia (agricultura orgânica). Reaproveita talos, cascas e sementes, gerando desta forma uma quantidade menor de resíduos (destaque nosso).

Ecolanches<sup>4</sup>. O regimento assegura que os princípios da economia solidária sejam preservados e que todos os participantes gozem dos mesmos direitos e deveres. O trabalho de planejamento e execução vem sendo realizado pelo grupo responsável, por meio de reuniões de grupo, visitas a fornecedores e formação para os futuros trabalhadores, seguindo a Norma Comentada RDC 49/2013 (Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária) e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

É perceptível que a parceria com organizações de assessoria (incubadoras) ou órgãos públicos é decisiva no processo de comercialização, infraestrutura produtiva e formação dos associados no tocante a conhecimentos técnicos, jurídicos e educativos em autogestão. Nessa direção, percebe-se que os trabalhadores constroem novas relações de trabalho e de cooperação, não apenas pela experiência interna desenvolvida pelo grupo mas também pelas possibilidades de participar de outros espaços de discussão, ampliando, dessa forma, sua compreensão das dinâmicas econômicas e sociais nas quais o grupo está inserido.

Em relação às dificuldades durante o processo de implantação e na manutenção do empreendimento, foi destacado que:

Logo quando a gente começou, éramos poucas – em torno de quatro mulheres – e a nossa maior dificuldade era a falta de equipamentos e estrutura. Também sentíamos uma resistência dos nossos concorrentes que diziam que a nossa proposta de comida saudável não daria certo. Foram momentos difíceis, mas, com as capacitações e com a divulgação, aos poucos, na universidade, conseguimos vencer. Hoje considero que ainda temos algumas dificuldades como a gestão financeira, que é complicada. Mesmo com o apoio da INCUBES, ainda temos um pouco de dificuldade. Outra coisa que, por ser um empreendimento solidário e que respeita o meio ambiente, o preço dos produtos não pode ser igual aos dos nossos concorrentes, desta forma o nosso produto tem agregado diversos valores da economia solidária, e muitos consumidores não compreendem e acham o produto caro (PARTICIPANTE B, 2017).

Os nossos trabalhos iniciaram durante uma greve, quando a movimentação era escassa na

universidade. Então foi complicado, porque não tinha ninguém. A gente ficava chamando as pessoas para experimentar a comida. Mas, mesmo com toda a dificuldade, dividimos o pouco, sobrando dez reais para cada uma. Com o retorno das aulas e a propaganda boca a boca, e com a qualidade dos produtos, a Ecolanches foi ganhando público. Eu aprendo muito com a INCUBES e com as minhas colegas, além disso levo tudo que aprendo para minha casa, para alimentação da minha família, ficando, assim, mais saudável (PARTICIPANTE C, 2017).

As dificuldades relatadas pelas participantes no início do empreendimento se assemelham a experiências de outros empreendimentos. Todos relatam que a questão da estrutura sempre é uma dificuldade na fase inicial – nem sempre conseguem o financiamento necessário para aquisição de equipamentos ou para a logística. Em relação à resistência de alguns consumidores sobre a questão do preço justo, conforme relatado pela participante B, segundo Paul Singer (2004), para solucionar o problema das vendas, enquanto mercado justo, seria preciso haver mudanças de mentalidade das pessoas que residem na região; seria necessário que a população adquirisse uma compreensão do significado de um empreendimento solidário no combate à pobreza e à exclusão social, além do que isto contribui para o desenvolvimento local.

Sobre os desafios a serem superados pelo empreendimento, a participante relata:

O nosso desafio agora é que se crie futuramente uma rede da Ecolanches. Que possa ter em outras instituições, outros espaços que tenha a oportunidade de oferecer produtos saudáveis. Outro desafio é envolver mais mulheres, para que elas possam ter a mesma realização profissional que estamos tendo hoje. Queremos também participar mais de encontros e ser premiadas pelas nossas práticas, como já fomos uma vez<sup>5</sup>, isto é muito gratificante. (PARTICIPANTE B, 2017).

Os desafios colocados pela participante não são difíceis de serem superados; isto depende, de um lado, da ação dos agentes empreendedores na construção de alternativas para solucionar os empasses ou obstáculos que surgem; e, de outro, da intenção dos atores sociais (gestores públicos, incubadoras, órgãos públicos), que são a base de apoio para estes grupos,

4 A INCUBES tem disponível uma equipe de assessores constituída de professores e estudantes bolsistas, e também foi a responsável pela seleção do grupo de produção da lanchonete e fornecedores dos produtos.

5 O Espaço Solidário Ecolanches foi premiado na 4ª edição do Prêmio Consulado da Mulher de Empreendedorismo Feminino (XAVIER, 2016).

como também elaboração e efetivação de políticas públicas para o fortalecimento dessas experiências.

## 5 Considerações Finais

Com base nas análises realizadas neste estudo e considerando o recorte amostral determinado pelas experiências descritas, foi possível identificar, como traço identitário, a formação de empreendimentos solidários ambientais que surgiram a partir de fatores endógenos inerentes aos participantes. Outra característica identificada está no entendimento de que, além de endógenos, apresentam-se como empreendimentos consolidados marcados pelos atributos da solidariedade, da compreensão madura no sentido da economia solidária e do seu papel no desenvolvimento local, da ampliação sobre a geração de renda e do reflexo desse processo na melhoria das condições de vida das pessoas mais pobres e em novas formas de sociabilidade fundadas em valores solidários.

O estudo sinaliza, todavia, para a Ecovárzea, a necessidade da realização de mais capacitações para os agricultores, no tocante à captação de recursos com abertura e divulgação de editais de fomento na busca de financiamentos para compra de veículos, promovendo, dessa forma, a autonomia dos agricultores, para não dependerem de órgãos públicos. Sobre as tecnologias sociais, sugerimos estudos de viabilidade e intervenções nos assentamentos que fazem parte da Ecovárzea, principalmente para a irrigação. E, em relação ao problema enfrentado nos assentamentos, no que diz respeito às novas gerações, ao jovem rural que não se identifica com a agricultura familiar, é necessário que exista todo um trabalho de educação e sensibilização das novas gerações, um trabalho de resgate da autoestima e da dignidade do trabalho no campo.

Para a Ecolanches, e com base na análise realizada, recomendam-se mais capacitações sobre gestão financeira (contabilidade), com foco nas dificuldades levantadas pelas participantes. Sobre a expansão da rede da Ecolanches, se torna necessário que as participantes, juntamente com a incubadora, planejem suas ações considerando as fragilidades já identificadas pelos participantes e que proponham a replicação do empreendimento em ambientes que possam ser receptivos à prática da economia solidária e à aceitação de produtos com o conceito da Ecolanches.

Por fim, consideramos que as experiências relatadas e analisadas neste estudo apresentam-se consolidadas enquanto empreendimento solidário e ambiental. Tais relatos também apresentam dificuldades e desafios possíveis de serem superados a partir de elaboração e efetivação de políticas públicas específicas para economia solidária, captação de recursos, capacitações específicas, estudos de viabilidade socioambiental para tecnologias sociais e de estratégias de divulgação das práticas de economia solidária.

## REFERÊNCIAS

- ALIER, M. J.; SCHLÜPMANN, K. **La ecología y la economía**. [Ciudad de Mexico]: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- ANDRADE, T. M. **Modelo de resiliência socioecológica e as suas contribuições para a geração do desenvolvimento local sustentável: validação no contexto comunitário de marisqueiras em Pitimbu-PB**. 2011. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, 2011.
- ANTINATURAL. In: HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss eletrônico de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.
- APÓS 13 anos, Paul Singer deixa Secretaria de Economia Solidária. **Rede Brasil Atual**, 9 jun. 2016. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/06/apos-13-anos-paul-singer-deixa-secretaria-de-economia-solidaria-4743.html>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- BERTUCCI, A. *et al.* **Economia solidária: Outra economia a serviço da vida acontece**. Brasília, DF: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2010. (Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010)
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lançado Primeiro Plano Nacional de Economia Solidária**. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/06/lancado-1-plano-nacional-de-economia-solidaria>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária: outra Economia acontece!** Cartilha da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social. Brasília: MTE/SENAES, 2007.

BROWN, L. R. **Eco-Economia**: Construindo uma Economia para a Terra. Salvador: UMA, 2003.

CÁNEPA, E. M. Economia da poluição. *In*: MAY, P.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Orgs.). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 61-79.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, n. 15, v. 4, p. 679-684, out.-dez. 2006.

CHAVES, D. F.; PINTO, I. M. J. Economia Solidária como alternativa de Desenvolvimento Regional. **T&C Amazônia**, ano 5, n. 10, p. 60-67, fev. 2007.

ENTENDA a diferença entre ativo e passivo ambiental. **Pensamento Verde**, 3 fev. 2014. Disponível em: <http://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/entenda-diferenca-ativo-passivo-ambiental/>. Acesso em: 29 abr. 2017.

FARIA, M. S. *et al.* Incubação de empreendimentos e a construção de um espaço solidário de comercialização de alimentos saudáveis: o caso da Ecolanches na UFPB. *In*: ENCONTRO DE EXTENSÃO (ENEX), 16., 2015, João Pessoa. **Resumos...** João Pessoa: UFPB, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **O Movimento de Economia Solidária no Brasil**. 2008. Disponível em: <http://fbes.org.br/2008/07/30/movimento-de-es-no-pais/>. Acesso em: 20 abr. 2017.

GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRS, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, maio/jun. 1995.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, J. R. T. (org.). **Agroecologia e movimentos sociais**. Recife: Bagaço, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 4. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2004.

NORTON, R. Consequências Imprevistas. *In*: HENDERSON, D. R.; NEVES, J. C. (Orgs.). **Enciclopédia de Economia**. São João do Estoril: Principia, 2001. p. 33-35.

OLIVEIRA, A. A. R. **As práticas socioeducativas nos empreendimentos econômicos solidários da cidade de João Pessoa, PB**: sentidos e significados sob a perspectiva da formação humana para a emancipação. 2016. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

OLIVEIRA, R. G. Economia do meio ambiente. *In*: PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. (Orgs.). **Manual de Economia**: equipe de professores da USP. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

SANTOS, A. P. S. *et al.* As feiras agroecológicas em João Pessoa PB: diagnóstico preliminar. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE DE POÇOS DE CALDAS, 33., 2016, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: GSC Eventos, 2016.

SANTOS, R. B. V. **Relações entre meio ambiente e ciência econômica**: reflexões sobre economia ambiental e a sustentabilidade. UFPR. 2017. Disponível em: [http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf\\_reflexoes/reflexoes\\_23.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_reflexoes/reflexoes_23.pdf). Acesso em: 12 abr. 2017.

SINGER, P. A Economia Solidária no Brasil: um retrato em 2005. *In*: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual para Formadores**: Descobrimos a outra economia que já acontece. Brasília, DF: MTE/SENAES, 2007.

SINGER, P. Solidariedade na economia: uma alternativa à competição capitalista. Entrevista concedida à SEP - Série Estudos e Pesquisas. *In*: BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Empreendimentos solidários na Região Metropolitana de Salvador e no litoral Norte da Bahia**. Salvador: SEI, 2004. 95 p. Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1166&Itemid=284](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1166&Itemid=284). Acesso em: 25 abr. 2017.

SINGER, P. Economia Solidária. Entrevista concedida a Paulo Salles Oliveira para o Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, do Instituto de Psicologia da USP. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

THUROW, L. C. Lucros. *In*: HENDERSON, D. R.; NEVES, J. C. (orgs.). **Enciclopédia de Economia**. São João do Estoril: Principia, 2001. p. 61.

XAVIER, Phillipe. Cooperativa faz sucesso com alimentação saudável na UFPB. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 31 jul. 2016. Vida Urbana, Caderno 8, p. 13. Disponível em: [https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/cooperativa-faz-sucesso-com-alimentacao-saudavel-na-ufpb.html](https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/cooperativa-faz-sucesso-com-alimentacao-saudavel-na-ufpb.html). Acesso em: 28 abr. 2017.